

PORTUGUÊS

Texto para as questões nºs 01, 02, 03 e 04:

BEBÊ JUNK FOOD

JUNK FOOD- expressão que designa alimentos com valor nutritivo limitado porque têm alto índice de sal, açúcar, gordura ou calorias.

Uma pesquisa diz que mães brasileiras alimentam os filhos pequenos com tudo errado – de refrigerantes a salgadinhos industrializados.

Eles nem engatinham e já comem batata frita. Uma pesquisa do Instituto Marplan mostrou que as mães brasileiras têm o hábito de oferecer a seus bebês todo tipo de alimentos calóricos, pouco nutritivos, com excesso de gordura, sal e açúcar. Aos 5 meses, quando ainda deveriam estar mamando, sete a cada 10 crianças têm no cardápio biscoitos recheados e salgadinhos industrializados, para o desespero dos pediatras e nutricionistas. A falta de tempo não é desculpa. A maioria das 1200 entrevistadas em cinco capitais não trabalha fora. A dieta politicamente incorreta também não escolhe classe social. As mães acham mesmo que refrigerante na mamadeira pode ser bom para seus filhos.

A pesquisa foi feita a pedido de uma indústria de alimentos infantis que queria saber por que a compra de papinhas industrializadas é tão baixa no Brasil. Acabou contribuindo para a descoberta de que as mães precisam ter mais informação sobre o que dar a seus bebês. “São vários os prejuízos de uma alimentação incorreta. A curto prazo, a criança pode ter cáries e, no futuro, pode desenvolver problemas cardiovasculares, hipertensão e obesidade em decorrência dos excessos de gordura e sal”, alerta a nutricionista Pérola Ribeiro, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). “Ninguém está dizendo que bolachas ou salgadinhos não são gostosos. Esses alimentos existem, mas devem ser dados com restrições de quantidade e em maiores intervalos de tempo”, ensina o pediatra Gláucio José Granja de Abreu.

Biscoitos e salgadinhos	88%
Sucos com açúcar	65%
Bolos	49%
Batatas fritas	37%
Docinhos de festas	29%
Presuntos e similares	18%
Refrigerantes	37%

(COTES, Paloma, Bebê junk food. Época, São Paulo, n. 268, 7 jul.2003. Seção Sociedade. Disponível em: <http://www.epoca.com.br>. Acesso em: 4 nov. 2004.)

01) Esse texto trata, principalmente:

- A) () da inadequação da alimentação infantil.
- B) () de cáries em crianças decorrente de alimentação incorreta.
- C) () da obesidade na idade adulta.
- D) () da pesquisa sobre alimentos industrializados.
- E) () da falta de tempo de mães que trabalham fora.

02) A pesquisa apresentada, realizada a pedido de uma indústria de alimentos infantis, desejava:

- A) () Colaborar com mães na alimentação de bebês.
- B) () Divulgar seus produtos aos consumidores.
- C) () Identificar nos consumidores seus hábitos alimentares.
- D) () Proibir o consumo de alimentos calóricos.
- E) () Auxiliar nutricionistas na resolução de problemas alimentares.

03) Pode-se concluir, de acordo com informações do texto, que os cientistas:

- A) () impõem o consumo de bolachas e salgadinhos.
- B) () propõem que o consumo de alguns alimentos seja controlado.
- C) () proíbem o consumo de papinhas industrializadas.
- D) () sugerem que o consumo de alimentos industrializados seja em grande quantidade.
- E) () contribuem para a dieta politicamente incorreta.

04) "... mas devem ser dados com restrições de quantidade e em maiores intervalos de tempo, ensina o pediatra Gláucio José Granja de Abreu."

O termo acima destacado foi empregado no texto com o sentido de:

- A) () ampliar
- B) () contribuir
- C) () priorizar
- D) () limitar
- E) () qualificar

05) Indique a alternativa em que a frase NÃO apresenta erro de acentuação gráfica:

- A) () "O perfil dos 'nem nens' indica ainda que eles tem ainda escolaridade menor (8,6 anos, contra 9,4% do total de jovens de 15 a 29 anos) e 44,8% vivem em famílias com renda de 1/4 do salário mínimo por pessoa."
- B) () "À época, no entanto, a rúbrica da presidência englobava outras despesas, como as da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que desembolsou R\$ 14,1 milhões com cartões naquele ano."
- C) () "Há quase cinco décadas, o governo colombiano enfrenta cartéis de narcotráficos e ex-guerrilhas de esquerda hoje dedicadas à atividade criminosa."
- D) () "Tramita em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados um projeto de lei que revê a distribuição dos recursos repassados aos times de futebol pela transmissão de jogos na televisão."
- E) () "Internado há dez dias, o ex-jogador Pelé continua em boa evolução clínica. Nesta quinta-feira (04/12/2014), o hospital Albert Einstein divulgou em boletim que o catéter utilizado para hemodialise foi retirado sem que nada de anormal fosse registrado."

06) Indique a alternativa em que há erro de pontuação:

- A) () "A violência não acabou e o combate bélico ao crime organizado significa imensos custos ao Estado e grande desvio de recursos que poderiam ir a outras áreas."
- B) () "Por enquanto, estamos aprovando, apenas o uso medicinal da maconha, mas é um grande passo para um país como a Colômbia."
- C) () "Até o momento, as Farc e o governo já fizeram acordos sobre a reforma agrária, a participação política dos guerrilheiros e o combate ao tráfico de drogas."
- D) () "Mais de um milhão de pessoas estão ameaçadas pela fome nos três países da África Ocidental mais afetados pela epidemia de ebola - Libéria, Serra Leoa, Guiné -, que prejudicou as colheitas e as redes de abastecimento."
- E) () "A relação de desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres é maior nos trabalhos informais, com as mulheres recebendo 65% do rendimento médio dos homens em 2013. Nos trabalhos formais, essa relação era de 75%, de acordo com dados do IBGE."

07) Indique a alternativa que apresenta sujeito indeterminado:

- A) () "Chegaram hoje à nossa pátria Gerardo (Hernández), Ramón (Labañino) e Antonio (Guerrero)."
- B) () "Verifiquei que dispunha de uma tarde livre, antes de pegar um voo para Londres."
- C) () "A sexta-feira amanhece nublada, com temperatura mínima de 19°C."
- D) () "Descobriram é que quando você decide fazer alguma coisa por conta própria, o mais comum é que encontre ajuda em toda parte."
- E) () "O baixo nível de escolaridade é um problema num mercado de trabalho que exige cada vez mais qualificação."

08) O uso correto da crase pode ser visto:

- I. "A Mega-Sena realiza sorteios duas vezes por semana, às quartas e aos sábados."
- II. "Se o juiz entender que uma decisão vale para outras causas, ela será estendida às demais, o que promete acelerar os processos."
- III. "Uma chuva forte na noite desta terça-feira deixou parte da capital federal às escuras."
- IV. "À primeira vista sua aparência nada revelava de extraordinário."

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Apenas nos itens I e II.
- B) () Apenas nos itens II e III.
- C) () Apenas nos itens III e IV.
- D) () Apenas nos itens I, II e IV.
- E) () Nos itens I, II, III e IV.

09) As palavras das alternativas abaixo estão de acordo com a nova ortografia oficial, EXCETO:

- A) () Asteroide.

- B) () Sequência.
- C) () Enjoo.
- D) () Infra-estrutura.
- E) () Super-homen.

10) Indique a alternativa em que o termo em destaque apresenta sentido com o restante da frase:

- A) () Todo mundo tem o direito de acender na escala social mediante o trabalho e competência.
- B) () Ele foi preso em fragrante no último caso, quando passou a revelar a série de assassinatos.
- C) () O comando ucraniano relatou que as forças governamentais, em comprimento da trégua, não utilizaram artilharia em resposta às ações das milícias separatistas.
- D) () Se não houve acordo, o juiz pode diferir a liminar impetrada pelo ministério público.
- E) () Dois homens vão operar uma manivela, arriar o estandarte, desparafusá-la e içar outro no lugar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Responda as questões de números 11 a 16 de acordo com a Lei Orgânica do Município de Pompeia, atualizada até a Emenda à Lei Orgânica nº 61, de 22 de setembro de 2014:

11) O Município de Pompeia, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo, exerce a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, que lhe é assegurada pela Constituição da República, nos termos da Lei Orgânica. Assinale a alternativa que NÃO condiz com a organização municipal de Pompeia:

- A) () O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal composta de nove vereadores eleitos e investidos na forma da legislação federal para uma legislatura de quatro anos.
- B) () Perderá o mandato o Vereador que fixar residência fora do Município de Pompeia.
- C) () É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de Lei sobre criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal direta e indireta.
- D) () O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito que prestarão compromisso e tomarão posse em seguida à dos Vereadores, na mesma sessão solene de instalação da Câmara.
- E) () Entre outras atribuições, compete ao Prefeito apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como programa de administração para o ano seguinte.

12) A quem compete julgar as contas do Serviço Autônomo de Água e Esgotos do Município de Pompeia, no prazo de noventa dias após o recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado?

- A) () Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito.
- B) () Privativamente à Câmara Municipal.
- C) () Ministério Público da Comarca de Pompeia.
- D) () Poder Judiciário da Comarca de Pompeia.
- E) () Comissão Permanente de Licitações de Pompeia.

13) A administração pública direta e indireta do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, aos seguintes:

- I. a concessão de reajustes de salários dos servidores da Administração direta e indireta do Município será concedida sempre na mesma data, sendo permitida a diferença de índice e o escalonamento de percentuais, de acordo com a conveniência das contas públicas municipais;
- II. nos bens móveis e imóveis da administração direta e indireta será permitido somente o uso do Brasão do Município e a identificação do órgão;
- III. o Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a prédios, praças, recintos, repartições e vias públicas;
- IV. ao servidor público que tiver sua capacidade de trabalho reduzida em decorrência de acidente de trabalho ou doença contraída em serviço, será vedada a sua transferência para outras atividades ou órgão da administração pública direta e indireta, atendendo ao princípio da impessoalidade.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Somente os itens II e III estão corretos.
- B) () Somente os itens I e IV estão corretos.
- C) () Somente o item IV não está correto.
- D) () Os itens III e IV não estão corretos.
- E) () Os itens I, II, III e IV estão corretos.

14) Marque a alternativa INCORRETA sobre a administração pública direta e indireta do Município de Pompeia:

- A) () O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Pompeia é considerado auxiliar direto do Prefeito e, deverá fazer declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.
- B) () O Serviço Autônomo de Água e Esgotos deverá enviar à Câmara Municipal, no primeiro dia útil após a sua edição, cópias de resoluções, portarias, editais e do boletim de caixa diário.
- C) () A remuneração dos servidores da Administração indireta do Município, inclusive os da Câmara Municipal, será paga até o quinto dia útil do mês subsequente.
- D) () A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais deverá ter caráter informativo e social, dela não podendo constar nomes, foto, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de servidores da Administração direta e indireta do Município.
- E) () São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

15) A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria. As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do Município de Pompeia são:

- A) () Prefeitura Municipal; Câmara Municipal; Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais de Pompeia.
- B) () Serviço Autônomo de Água e Esgotos; Câmara Municipal de Pompeia; Departamento de Higiene e Saúde.
- C) () Departamento de Higiene e Saúde; Rede Municipal de Ensino; Câmara Municipal.
- D) () Biblioteca Pública Municipal; Rede Municipal de Ensino e Unidades Básicas de Saúde.
- E) () Serviço Autônomo de Água e Esgotos; Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais de Pompeia; Departamento de Higiene e Saúde.

16) Nenhum empreendimento, obras e serviços do Município poderão ter início sem prévia elaboração de seu respectivo plano. Considerando os dispositivos a respeito das obras e serviços municipais de Pompeia, marque (V) para afirmativa Verdadeira e (F) para a Falsa:

- () As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da Administração indireta, e, por terceiros, mediante concurso público.
- () As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas exclusivamente pelo Poder Legislativo, tendo-se em vista a justa remuneração.
- () O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênios com o estado, a União ou entidades particulares, bem assim através de consórcios com outros Municípios.
- () É vedado ao Prefeito assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para a execução de programas ou projetos cuja conclusão está prevista para após o término de seu mandato, não incluídos no Plano Plurianual e no Orçamento Anual.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta (de cima para baixo):

- A) () V – V – V – F
- B) () V – F – F – V
- C) () V – F – F – F
- D) () F – V – F – F
- E) () F – F – V – V

Responda as questões de nºs 17 a 22 de acordo com a atual CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

17) Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nos termos da nossa Constituição Federal, assinale a alternativa que condiz com os direitos e deveres individuais e coletivos:

- A) () A Câmara Municipal é asilo inviolável do vereador, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do Presidente da Câmara, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- B) () É assegurado a todos o acesso à informação, principalmente na atividade pública, e resguardado o sigilo da fonte a todo agente público no exercício profissional.
- C) () É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- D) () O comerciante e fabricante promoverão, na forma da lei, a defesa do consumidor.

E) () A prática do paternalismo ou assistencialismo de qualquer agente político constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena do crime de abuso de poder e de responsabilidade.

18) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Assim, qual o remédio constitucional que será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder?

- A) () Habeas-Data
- B) () Habeas-Corpus
- C) () Mandado de Injunção
- D) () Mandado de Segurança
- E) () Mandado de Segurança Coletivo

19) A lei considera como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia e definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem, aquele que praticar:

- A) () vandalismo contra o meio ambiente e crime de responsabilidade;
- B) () tráfico ilícito de entorpecentes e ato cruel contra mulher grávida;
- C) () tráfico ilícito de drogas afins e crime contra criança até 12 anos de idade;
- D) () terrorismo e tortura;
- E) () racismo e crime contra a imprensa.

20) É considerado direito constitucional dos trabalhadores, a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:

- A) () cinco anos para o funcionário público estável, até o limite de dois anos após a extinção do contrato; até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador público temporário.
- B) () dois anos para o trabalhador urbano, até o limite de doze meses após a extinção do contrato; até cinco anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural.
- C) () cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato; até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural.
- D) () três anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de doze meses após a extinção do contrato de trabalho.
- E) () cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

21) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na nossa Constituição Federal. Neste sentido, são considerados brasileiros naturalizados:

- A) () os nascidos no Brasil, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- B) () os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- C) () os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- D) () os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- E) () os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

22) Assinale a alternativa que NÃO condiz com os direitos constitucionais políticos:

- A) () O alistamento eleitoral e o voto são: obrigatórios para os maiores de dezoito anos; facultativos para: analfabetos, os maiores de setenta anos, aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- B) () Os estrangeiros não podem alistar-se como eleitores.
- C) () São condições de elegibilidade, na forma da lei, para Prefeito e Vice-Prefeito: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; e, a idade mínima de trinta anos.
- D) () Os inalistáveis são inelegíveis.
- E) () Para concorrerem a outros cargos, os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Responda as questões de números 23 a 25 de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal:

23) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. As disposições da Lei Complementar nº 101 obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Nas referências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estão compreendidos:

- I. o Poder Executivo;
- II. o Poder Judiciário e o Ministério Público;
- III. o Poder Legislativo, abrangidos os Tribunais de Contas;
- IV. as autarquias, fundações e empresas estatais dependentes do Poder Executivo.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Somente os itens I e IV estão corretos.
- B) () Os itens III e IV não estão corretos.
- C) () Somente os itens II e III estão corretos.
- D) () Somente o item IV não está correto.
- E) () Os itens I, II, III e IV estão corretos.

24) Considerando os conceitos e definições fixadas na Lei Complementar nº 101, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) () Para os efeitos da Lei Complementar nº 101, entende-se como empresa controlada: aquela que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- B) () A lei de diretrizes orçamentárias dispõe também sobre condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- C) () É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- D) () As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- E) () A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a condição imposta pela Lei Complementar nº 101.

25) Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos dispositivos da Lei Complementar nº 101. Nestes termos, marque (V) para afirmativa Verdadeira e (F) para a Falsa:

- () Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a doze (12) meses.
- () A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as onze imediatamente posteriores, adotando-se o regime de competência.
- () Para os municípios, a repartição do limite global de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida não poderá exceder os percentuais de 5% (cinco por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e 45% (quarenta e cinco por cento) para o Executivo.
- () No Poder Executivo, se a despesa total com pessoal exceder a 90% (noventa por cento) do limite fixado na Lei Complementar nº 101, é vedada a contratação de hora extra de qualquer servidor.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta (de cima para baixo):

- A) () V – V – V – F
- B) () V – F – F – F
- C) () V – V – V – V
- D) () F – F – F – F
- E) () F – V – F – V

Responda as questões de nºs 26 a 29 de acordo com a Lei 4320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal:

26) Assinale a alternativa que condiz com as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos Municípios:

A) () A Lei de Orçamento não poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita exclusivamente para atender a insuficiência de caixa.

B) () A Lei de Orçamento conterà a Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos.

C) () Plano Plurianual é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

D) () Classificam-se como Despesas de Capital as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

E) () São transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

27) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica, expressamente incluídas nas despesas correntes do Orçamento do Município far-se-á mediante:

A) () Subvenções Sociais

B) () Subvenções Econômicas

C) () Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

D) () Receita Patrimonial

E) () Receita Imobiliária

28) Quanto ao Exercício Financeiro, podemos afirmar:

I. O exercício financeiro coincidirá com o período de mandato do Presidente da Câmara Municipal quando se tratar das contas do Poder Legislativo.

II. As despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas são denominadas de Dívida Ativa Flutuante.

III. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem lançadas, nas respectivas rubricas orçamentárias.

IV. Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas; as despesas nele legalmente empenhadas.

Assinale a alternativa correspondente:

A) () Os itens I, II, III e IV estão corretos.

B) () Somente os itens I e II estão corretos.

C) () Os itens II e IV não estão corretos.

D) () Somente o item IV está correto.

E) () Somente os itens II e III estão corretos.

29) Como se denomina as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento que classificam-se em: suplementares, especiais e extraordinários?

A) () Superavit Financeiro

B) () Subvenções Econômicas

C) () Créditos Adicionais

D) () Dívida Ativa Tributária

E) () Dívida Ativa não Tributária

Responda as questões de nºs 30 a 33 de acordo com a Lei de Licitações e Contratos - Leis Federais nº 8.666/93, nº 8.883/94 e atualizações em vigor:

30) Nos termos das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA:

A) () As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações das autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei 8666/93.

B) () Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

C) () Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos públicos têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei 8666/93, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

D) () É critério opcional para Prefeitura de estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista ou previdenciária para empresas com sede ou domicílio dentro de sua Comarca.

E) () Projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

31) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificados, será precedida de avaliação e obedecerá às normas de licitação. Qual o caso de bens imóveis, em que NÃO está dispensada a licitação?

A) () dação em pagamento;

B) () venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;

C) () investidora;

D) () alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

E) () concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área acima de 500m² (quinhentos metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas habitacionais.

32) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada e, o aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação. A respeito do prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento, assinale a alternativa INCORRETA:

A) () quinze dias para convite;

B) () quinze dias para leilão;

C) () trinta dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço;

D) () quarenta e cinco dias para concurso;

E) () quarenta e cinco dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.

33) Qual a modalidade de licitação que está indicada pela Lei 8666/93 nos casos de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento de situação calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos?

A) () Concorrência.

B) () Tomada de preços.

C) () Convite.

D) () Leilão.

E) () É dispensável a licitação.

34) Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão estabelecida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Nestes termos, julgue os itens abaixo considerando as regras da fase externa do pregão que será iniciada com a convocação dos interessados:

- I. o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 15 (quinze) dias;
- II. no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- III. encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- IV. os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem regularidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Os itens II e III não estão corretos.
- B) () Os itens I e IV não estão corretos.
- C) () Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- D) () Somente os itens III e IV estão corretos.
- E) () Somente o item III não está correto.

35) As instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, são equiparados a(o):

- A) () Pessoa Física
- B) () Empregado
- C) () Empregador
- D) () Governador de Estado
- E) () Município

Responda as questões de números 36 a 38 de acordo com a Lei 12651 de 2012 e alterações, que estabelece o Novo Código Florestal - Política Nacional do Meio Ambiente - Proteção da Vegetação Nativa - Nascentes de Rios - Bioma Mata Atlântica - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural:

36) As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente o Código Florestal estabelecem. Nos termos do novo Código Florestal, assinale a definição correta:

- A) () utilidade pública: as atividades de extração de areia e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;
- B) () de baixo impacto ambiental: a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;
- C) () atividades eventuais: a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas no Código Florestal;
- D) () interesse social: implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade;
- E) () área rural consolidada: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.

37) Marque (V) para a afirmativa Verdadeira e (F) para a Falsa sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, que é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento:

- () A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no destacamento da polícia ambiental a nível federal, mais próximo do referido imóvel.
- () Para a inscrição no CAR será exigido do proprietário ou possuidor rural: identificação do proprietário ou possuidor rural; comprovação da propriedade ou posse; identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

- () O cadastramento no CAR será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse, após 5 (cinco) anos da data da inscrição.
- () A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 10 (dez) anos contados da vigência do novo Código Florestal, prorrogável, uma única vez, por igual período por ato do Chefe do Poder Executivo da União.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta (de cima para baixo):

- A) () F – F – F – V
- B) () F – V – F – F
- C) () F – F – V – V
- D) () V – V – V – V
- E) () V – V – V – F

38) O novo Código Florestal instituiu a Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação. Assinale a alternativa que NÃO condiz com as normas do CRA:

- A) () Cabe ao proprietário do imóvel rural em que se situa a área vinculada à CRA a responsabilidade plena pela manutenção das condições de conservação da vegetação nativa da área que deu origem ao título.
- B) () Cada CRA corresponderá a 1 (um) hectare de área com vegetação nativa primária ou com vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração ou recomposição.
- C) () A CRA será emitida pelo órgão competente do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente) em favor do proprietário de imóvel incluído no CAR.
- D) () É obrigatório o registro da CRA pelo órgão emitente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua emissão, em bolsas de mercadorias de âmbito nacional ou em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- E) () A CRA é intransferível, tanto onerosa ou de forma gratuita, somente poderá ser resgatada pelo Banco Central de seu titular como programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente.

39) Considerando os conceitos e definições no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens abaixo:

- I. A raiva é uma zoonose viral, que se caracteriza como uma encefalite progressiva aguda e letal. A transmissão da raiva se dá pela penetração do vírus contido na saliva do animal infectado, principalmente pela mordedura, arranhadura, lambedura de mucosas. O uso da vacina e do soro são partes do programa de profilaxia da raiva.
- II. O sarampo é uma doença infecciosa aguda, de natureza viral, grave, transmissível e extremamente contagiosa, muito comum na infância. A vacina contra o sarampo é a única medida preventiva e a mais segura.
- III. A dengue é uma doença viral que se espalha rapidamente no mundo, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, cujo período de maior transmissão coincide com o verão. A vacina contra dengue é a principal medida preventiva. É importante que o esquema vacinal esteja completo. A primeira dose deve ser aplicada aos doze meses de vida e, o reforço entre quatro a seis anos de idade.
- IV. A malária é uma doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários, transmitidos pela fêmea infectada do mosquito *Anopheles*. As medidas de proteção individual têm como objetivo principal reduzir a possibilidade da picada do mosquito transmissor de malária. Há, também, uma vacina para a prevenção da malária. A primeira dose deve ser aplicada aos noventa dias de vida, e o reforço entre 12 a 24 meses de idade.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Os itens III e IV são falsos.
- B) () Os itens I e III são falsos.
- C) () Os itens II e III estão corretos.
- D) () Somente o item II está correto.
- E) () Somente o item III está correto.

40) Texto colorido e sublinhado ou elemento gráfico em que você clica para ir para um arquivo, um local em um arquivo, uma página HTML na World Wide Web ou uma página HTML em uma intranet. Também pode levar a grupos de notícias e a sites Gopher, Telnet e FTP. Estamos nos referindo aos

- A) () Histogramas
- B) () Hiperlinks
- C) () Ícones
- D) () Setores
- E) () Trilhas